

ATA nº 2/2026
ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA
DO DIA 25 DE JUNHO DE 2026

-----Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, pelas vinte horas e trinta e cinco minutos, no edifício-sede da Junta de Freguesia, situado na Rua do Cemitério, n.º 16-A, reuniu a Assembleia de Freguesia de Mundão em sessão ordinária. A mesa dos trabalhos foi dirigida pelo Presidente, Filipe Tiago Ferreira Marques, secretariada por Clara Sofia Carragoso Lameira e Alice Maria de Abreu dos Santos Lemos. Verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia: Armando Nuno dos Santos Gomes (PPD/PSD), Luís Miguel Marques Batista, Dionísio Correia Fernandes, Alexandra Cristina Pinto Domingues Soares (PS), Custódio Coelho de Campos e Celso Coelho de Campos (CHEGA). Estiveram igualmente presentes, em representação do órgão executivo, a Presidente da Junta de Freguesia, Maria Lucília da Silva de Oliveira Campos Figueiredo, o Secretário, João Miguel de Almeida Baptista e o Tesoureiro, Mário Jorge Cunha Amaral.

MESA: O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão, cumprimentando os membros da Assembleia, o executivo da Junta de Freguesia e o público presente, agradecendo a presença de todos. -----

-----No âmbito do **período antes da ordem do dia**, o Sr. Presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente recebido desde a última sessão ordinária desta Assembleia, realizada a vinte e oito de abril do corrente ano. -----

-----Informou que, a dois de junho do corrente ano, foi rececionado um *e-mail* remetido pelo Sr. Pedro Carragoso a solicitar cópias de diversos documentos, designadamente a resposta do Tribunal de Contas, relativa à denúncia efetuada sobre as contas do exercício de dois mil e vinte e quatro, bem como a notificação do processo judicial e respetivo despacho de arquivamento respeitante ao processo-crime de furto. Mais referiu que, a vinte e oito de junho, foi rececionada nova mensagem a reiterar o pedido de acesso a documentos administrativos, encontrando-se a decorrer as pesquisas nos arquivos. -----

-----Mais informou que, a vinte e um de junho de dois mil e vinte e seis, foi rececionado um *e-mail* enviado pelo Sr. Serafim Lopes Lourenço, apresentando um requerimento de impugnação do teor da ata número oitenta e oito de dois mil e vinte e cinco, com vista à reposição da verdade material e emenda histórica relativamente à sua pessoa. No referido requerimento, solicita-se a leitura integral do referido requerimento, a qual a Mesa considerou pertinente, não apenas por mera cortesia, mas para dar pleno conhecimento do seu teor a todos os membros desta Assembleia, com vista a uma eventual reapreciação, caso assim o entendam. Assim, procedeu-se à leitura e apreciação do referido

requerimento, não se registando qualquer intervenção dos Membros presentes, informando o Sr. Presidente da Mesa que o documento será arquivado junto da documentação de suporte desta Assembleia. -----

-----De seguida, foi lida pelas secretárias a Ata relativa à sessão da Assembleia realizada a vinte e oito de abril de dois mil e vinte seis. -----

MESA: Dando cumprimento aos trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** concedeu a palavra aos membros para eventuais intervenções sobre a referida Ata, tendo-se inscrito o Sr. Armando Gomes e o Sr. Miguel Batista. -----

UM: No uso da palavra, o **Sr. Armando Gomes** alertou para uma discrepância na Ata, salientando que na leitura da parte final foi referido que a mesma era composta por doze páginas, ao passo que no documento enviado constava a indicação de catorze páginas. --

MESA: Esclarecendo a questão, o **Sr. Presidente da Mesa** referiu que o documento foi enviado com catorze páginas por lapso, devendo-se tal facto ao tamanho da letra e à sua formatação, esclarecendo ainda que se iniciou um novo formato de Atas e que a folha número um corresponde ao termo de abertura do novo livro. -----

DOIS: De seguida, tomou a palavra o **Sr. Miguel Batista** para corroborar a questão da paginação levantada pelo Sr. Armando Gomes. Salientou que, em virtude da transição para o novo formato, a Ata deveria ser mais curta, devendo, contudo, manter-se clara e resumir o essencial do que é dito em Assembleia, de modo a permitir uma fácil compreensão das questões colocadas e das respetivas respostas sucintas, admitindo igualmente que eventuais erros/ gralhas de escrita serão aperfeiçoados com o tempo. Acrescentou que iria convidar o Sr. Armando Gomes para, conjuntamente, reunir os dois terços de membros necessários para propor à Mesa a inclusão, na ordem do dia, do ponto relativo à não leitura das Atas. -----

MESA: Concluída esta intervenção, o **Sr. Presidente da Mesa** esclareceu que, caso a proposta de inclusão seja votada favoravelmente, o ponto poderá integrar a ordem do dia da presente Assembleia. Agradeceu todos os contributos e sugestões apresentados, garantindo que serão tidos em conta, e reforçou que a Mesa considerou oportuno iniciar uma nova numeração e proceder ao encerramento dos livros de atas anteriores. -----

TRÊS: De seguida, tomou a palavra a **Sra. Alice Lemos** referindo compreender a opinião do Sr. Miguel Batista, mas notando que, ao elaborar a referida Ata, sentiu dificuldade em resumir a intervenção do membro. Mais referiu que os lapsos ocorridos são compreensíveis, salientando que, como é do conhecimento geral, a revisão de textos por diversas pessoas permite identificar pequenos lapsos. -----

MESA: Na continuidade das intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** concedeu a palavra ao Sr. Armando Gomes. -----

QUATRO: No uso da palavra, o **Sr. Armando Gomes** manifestou total concordância com a opinião do Sr. Miguel Batista relativamente à não leitura das Atas. Em defesa do trabalho das Sras. Secretárias, defendeu que, tendo todos os membros recebido previamente o documento, cabe a estes alertar para eventuais erros ou lapsos, motivo pela qual a Ata deve ser enviada atempadamente para que, no momento da votação, já se encontre devidamente corrigida. -----

CINCO: Tomou novamente a palavra, o **Sr. Miguel Batista** referindo estar completamente de acordo com a posição manifestada, acrescentando que tal procedimento já deveria ter sido adotado em mandatos anteriores. -----

MESA: O **Sr. Presidente da Mesa** questionou se pretendiam efetivamente formalizar a entrega da referida proposta junto da Mesa, esclarecendo que, caso dois terços dos membros votassem a favor da inclusão do ponto na ordem do dia, não haveria necessidade de a redigirem por escrito, sendo a proposta verbal devidamente transcrita em Ata. -----

SEIS: O **Sr. Miguel Batista** confirmou que a proposta consistia precisamente na dispensa da leitura de Atas, passando as mesmas de imediato à fase de discussão. -----

MESA: Posto isto, o **Sr. Presidente da Mesa** submeteu a votação a proposta do Sr. Miguel Batista para a inclusão do referido ponto na ordem do dia da presente sessão ordinária da assembleia, tendo o mesmo sido aprovada por unanimidade. Seguidamente, colocou a Ata a votação, a qual foi igualmente aprovada por unanimidade. -----

Dando continuidade aos trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** concedeu a palavra para novas intervenções, tendo-se inscrito os membros Miguel Batista, Celso Campos, Custódio Campos e Tiago Marques. -----

SETE: Tomou a palavra o **Sr. Miguel Batista** para questionar o Executivo sobre diversos assuntos da freguesia, nomeadamente: a situação dos passeios da Rua do Campo da Bola e junto à escola do Casal, questionando se a intervenção nesta última já teria sido adjudicada à empresa Calçabel; o ponto de situação do encaminhamento das águas pluviais na estrada da Póvoa, concretamente na Rua das Aveleiras; se existem novidades relativamente ao cemitério e se já reuniu com o Sr. Presidente da Câmara para abordar o alargamento do mesmo e a sua viabilidade; a situação na Rua do Cruzeiro, cujo projeto transita do mandato anterior e prevê três fases de execução (estando a primeira fase, de Moure em direção ao Casal, já efetuada no lugar vizinho, mas não no nosso lugar), solicitando esclarecimentos sobre o motivo da interrupção da obra, o ponto de situação atual e se o assunto já é do conhecimento do atual Presidente da Câmara; o ponto de situação do projeto da Rua da Pirraça, cuja resolução se arrasta desde mandatos anteriores; por último, questionou os critérios subjacentes à escolha do dia vinte e cinco de julho para o Dia da Freguesia, bem como à seleção da designação «Mundão com Vida»,

expressando que considera uma boa escolha de nome. -----

OITO: Em resposta ao Sr. Miguel Batista a **Sra. Presidente da Junta**, referiu que desconhece a situação indicada relativa aos passeios da Rua do Campo da Bola e junto à escola do Casal. No que refere à Rua das Aveleiras, informou que já transmitiu o sucedido à Câmara Municipal e que os técnicos já estiveram no local, não tendo ainda recebido qualquer resposta; acrescentou que a situação se poderá complicar com a chegada das chuvas e que a construção de habitações veio agravar o problema devido ao aumento de entupimentos. Quanto ao cemitério, explicou que o Executivo já solicitou orçamentos para a sua ampliação; relativamente ao espaço de sepulturas, referiu que a obra já deveria ter tido início, mas o empreiteiro se encontra, de momento, afeto às obras do Estádio Municipal do Fontelo, em Viseu. A referida obra de ampliação será efetuada em duas fases, sendo a primeira na parte superior, garantindo que serão tidas em conta as acessibilidades, a alteração dos gradeamentos e o encaminhamento das águas pluviais, entre outros aspetos. Relativamente à Rua do Cruzeiro, informou não existir qualquer novidade sobre a estrada, mas sublinhou ser uma das obras que pretende ver concluídas, pelo que a junta irá reforçar a insistência junto da Câmara Municipal. Relativamente à Rua da Pirraça, informou que o novo Diretor do SMAS indicou que a obra já estava adjudicada e que se aguardava a assinatura do auto de consignação para o seu início posterior, tendo-lhe sido transmitida a garantia de que a empreitada ficará concluída durante o presente mandato. Quanto à escolha do dia vinte e cinco de julho, explicou que, por se tratar da primeira edição, a data foi selecionada para assinalar o Dia da Freguesia, dado que no mês de agosto cada localidade realiza a sua respetiva festividade; acrescentou, contudo, que no próximo ano a data poderá ser alterada, encontrando-se o Executivo aberto a sugestões. Por fim, aproveitou para informar que serão abertas inscrições para esse dia e que haverá diversas atividades. -----

NOVE: Dada a palavra ao **Sr. Celso Campos**, este questionou se já tinham obtido resposta relativamente à sinalética na variante. -----

DEZ: A **Sra. Presidente da Junta** informou que o Executivo enviou uma comunicação por escrito a lamentar profundamente a omissão da indicação de Mundão na sinalética, não tendo, até ao momento, obtido resposta; acrescentou, contudo, que continuam a aguardar uma reação, recordando que, conforme já havia sido reforçado, o processo poderá demorar algum tempo. -----

ONZE: Tomou a palavra o **Sr. Custódio Campos** para questionar o Executivo sobre o estado de abandono da freguesia no que respeita à limpeza, exemplificando com as situações do Bairro da Falorca e do parque geriátrico junto à escola de Mundão – ressaltando que este último foi, com estranheza, limpo durante esta semana por



coincidência com a realização da Assembleia de Freguesia. Mais referiu que, tendo sido publicado nas redes sociais um anúncio de recrutamento de colaboradores para a Junta, considera pouco favorável a adesão de candidatos face às condições oferecidas, designadamente por via de recibos verdes e com remuneração inferior ao salário mínimo nacional. Concluiu interpelando o Executivo sobre como prevê resolver esta questão, dado que no último dia do corrente mês a Junta deixará de contar com operacionais para a execução dos trabalhos de limpeza. -----

DOZE: Usou da palavra a **Sra. Presidente da Junta**, referindo que, relativamente às limpezas, as evidências são óbvias e que têm surgido muitos constrangimentos. Frisou que o inverno foi longo, o que não ajudou, pois, as tarefas realizadas pelos três colaboradores rapidamente ficaram prejudicadas devido ao clima. Acrescentou que a Junta dispõe de contrato de prestação de serviços com uma empresa de jardinagem, mas que esta também se encontra com dificuldade de pessoal, pelo que, mesmo pretendendo que realizem trabalhos extra, não o podem fazer. Ou seja, a dificuldade na contratação de pessoal é geral; por isso, pediu desculpa, paciência e compreensão a toda a freguesia, apelando a que todos adotem atitudes mais cívicas. Relativamente à oferta atual, referiu que é a melhor solução até dezembro do corrente ano, altura em que o assunto terá de ser repensado, sendo o mais provável entregar a totalidade dos serviços a empresas de limpeza. -----

TREZE: De seguida, tomou a palavra o **Sr. Tiago Marques**, para perguntar se foram iniciados contactos com os executivos das freguesias contíguas no sentido de aferir a sua receptividade relativamente à retificação dos limites da freguesia de Mundão, dando assim continuidade à deliberação da última Assembleia. Questionou também se existem desenvolvimentos quanto aos trabalhos de ampliação do Parque Empresarial de Mundão, ao cumprimento dos afastamentos à via pública nas construções de moradias e muros na Rua das Aveleiras e ao escoamento das águas pluviais nesta via. Por fim, pediu um ponto de situação sobre a delimitação de um terreno na Fraga, devido a possível obstrução de um caminho público. -----

CATORZE: No uso da palavra, a **Sra. Presidente da Junta** informou que os contatos com os executivos das freguesias vizinhas já tiveram início, embora se tenha revelado difícil agendar uma reunião conjunta devido a sobreposição de agendas, garantindo, contudo que o assunto se mantém ativo. Relativamente ao Parque Industrial de Mundão, constatou-se que a movimentação de terras se encontra suspensa, presumindo-se que a fiscalização tenha visitado o local e detetado irregularidades, aguardando-se ainda uma informação oficial. Quanto à delimitação do terreno da fraga, o processo aguarda a chegada do cidadão residente no Canadá para o completo esclarecimento da situação. -----

QUINZE: Intervindo novamente, o **Sr. Tiago Marques** referiu que pretendia apenas reiterar

o pedido para que, na ausência de resposta por parte do Município, se volte a questionar e a insistir junto das entidades competentes. -----

-----Relativamente ao **período de intervenção do público**, o Sr. Presidente da Mesa esclareceu que foi entendimento da Mesa agendá-lo antes da ordem do dia, considerando que este se destina à apresentação de assuntos de interesse da freguesia, pedidos de esclarecimentos ou sugestões dirigidas à Mesa da Assembleia. Sublinhou que esta opção salvaguarda a autonomia e o respeito democrático pelos representantes eleitos nos atos deliberativos, permitindo que o público intervenha sobre matérias constante da ordem do dia antes das mesmas serem debatidas e votadas em plenário. A propósito, lembrou o Regimento da Assembleia de Freguesia. -----

-----Seguidamente, abriu o período de intervenção ao público, no qual se inscreveram o Sr. António Almeida, o Sr. Serafim Lourenço e o Sr. Pedro Carragoso. -----

DEZASSEIS: Tomou a palavra, o **Sr. António Almeida**, para interpelar a Sra. Presidente da Junta e o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia relativamente ao edital de publicação das deliberações da Assembleia de Freguesia do dia vinte e oito de abril do ano corrente. Questionou se a Sra. Presidente da Junta já procedeu à formalização e assinatura do contrato de arrendamento/cedência com as empresas ACC e JGI. Interrogou, igualmente, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia sobre quais as variáveis consideradas no cálculo do valor anual dos referidos arrendamentos. Por fim, manifestou o seu protesto quanto à decisão pela Assembleia de Freguesia respeitante à constituição de uma comissão para a delimitação dos limites da freguesia. -----

Mesa: O **Sr. Presidente da Mesa** informou que, tal como constava na leitura inicial da ata, a proposta efetuada prevê a ratificação do referido contrato em Assembleia. Por conseguinte, o executivo não poderá celebrar qualquer contrato com as entidades mencionadas sem que o mesmo seja novamente submetido a esta Assembleia. Relativamente aos valores, esclareceu que os mesmos resultaram de um trabalho desenvolvido por todos os membros representativos dos diversos partidos que integram esta Assembleia, traduzindo-se num consenso alargado entre todos, sendo o valor como referido, uma renda bruta anual. -----

DEZASSETTE: A **Sra. Presidente da Junta** interveio, novamente, para reforçar o facto de que não foi formalizado nenhum contrato/cedência com a ACC e a JGI. Salientou que o executivo se limitou a apresentar propostas e que não tomou qualquer deliberação sobre a celebração de contratos, por não ser essa a sua competência sem a prévia autorização desta Assembleia. -----

-----Informou que deu entrada na Junta de Freguesia uma nova proposta por parte da ACC, a qual será divulgada no momento próprio, e referiu que a representante da JGI

esteve presente e manifestou a não aceitação das condições propostas pela Assembleia. Mais acrescentou que a Junta de Freguesia se encontra disponível para prestar todos os esclarecimentos prévios que lhe sejam solicitados. Por fim, reiterou a posição do Executivo no sentido de salvaguardar o património da freguesia, privilegiando sempre o arrendamento e afastando a alienação de bens, a qual só será equacionada em casos excecionais de primordial relevância para o desenvolvimento social ou habitacional da freguesia. -----

DEZOITO: No uso da palavra, o **Sr. Serafim Lourenço** começou por chamar a atenção do Sr. Presidente da Mesa para a necessidade de escrupuloso cumprimento do Regimento aprovado, salientando que a alteração da ordem de trabalhos no que respeita ao Período do Público não deve ser decidida de forma unilateral pela Presidência, cabendo essa prerrogativa ao plenário da Assembleia. De seguida, reportou-se a um requerimento da sua autoria, contestando as considerações tecidas pelo Sr. Presidente da Mesa sobre a matéria e alertando que a Presidência não se pode eximir às suas responsabilidades na condução dos trabalhos, devendo atuar como garante da democracia e na salvaguarda dos direitos dos membros da Assembleia e dos cidadãos. Apresentou reparos relativamente às condições em que é feita a leitura em voz alta das atas nas sessões, assinalando que as dificuldades de audição e perceção do texto lido condicionam o pleno conhecimento e a análise cabal dos factos por parte dos membros do plenário. Prosseguiu no uso da palavra para contestar a indicação de que a dita ata número oitenta e oito de dois mil e vinte e cinco teria sido aprovada por unanimidade. Argumentou que apenas dois elementos do anterior mandato tinham legitimidade para a votar, tendo contado apenas com dois votos a favor e a abstenção dos restantes membros presentes, pelo que não se podia considerar uma aprovação por unanimidade de todo o plenário constituído por nove membros. Solicitou, por fim, que lhe seja dada uma resposta célere por parte da Mesa relativamente às decisões tomadas sobre a matéria. -----

MESA: De seguida, interveio o **Sr. Presidente da Mesa**, que esclareceu não existir qualquer erro na ata lida, tratando-se de uma transcrição fiel do ocorrido. Explicou que, nos termos do parecer apresentado e em conformidade com o Código do Procedimento Administrativo, apenas os dois membros que estiveram presentes na reunião em causa tinham legitimidade para votar a ata, razão pela qual a aprovação por unanimidade se reporta ao voto favorável da totalidade desses dois membros. Na continuidade das intervenções, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Pedro Carragoso. -----

DEZANOVE: Tomou a palavra o **Sr. Pedro Carragoso**, que apresentou um conjunto de alertas e considerações dirigidos ao Executivo. Começou por lamentar o estado atual da limpeza urbana na freguesia, classificando a situação como preocupante, sobretudo numa altura de realização de festividades locais, e aproveitou para questionar o ponto de situação

relativamente aos pedidos formulados para a colocação de novos postos de iluminação. Seguidamente, a propósito do terreno contíguo ao cemitério, esclareceu que existem dois projetos previstos para o local — a construção da Casa Mortuária e a ampliação do cemitério —, alertando o Executivo para a necessidade de articular previamente os procedimentos com a Câmara Municipal e assegurar o escrupuloso cumprimento das normas técnicas aplicáveis antes do início de qualquer obra. Alertou o Executivo para a existência de diversas intervenções na rede viária e no encaminhamento de águas pluviais já iniciadas ou planeadas em mandatos anteriores, tais como a execução dos passeios na rua da escola e na Rua do Campo da Bola, a preparação do caderno de encargos para as obras na rua das Aveleiras (estrada da Póvoa) com vista ao reembolso por parte dos SMAS, e a conclusão dos trabalhos na Rua das Escadinhas, onde a tubagem já se encontra instalada em terreno privado devidamente autorizado, carecendo apenas da colocação de grelhas de captação e do respetivo passeio. Prosseguiu a sua intervenção mencionando a disponibilização do mobiliário urbano para recolha de dejetos caninos, solicitando informação sobre a sinalização da Rota do Feto e sugerindo o reatamento do projeto de ligação pedestre entre a Rota das Carvalhas e a dita rota. Questionou ainda sobre o ponto de situação das intervenções de conservação e limpeza no troço da Estrada Nacional duzentos e vinte e nove na área da freguesia. Interveio referindo que a questão respeitante aos limites da freguesia se encontra encaminhada. Relativamente às declarações do Sr. António Almeida, prestou uma retificação para esclarecer que os terrenos citados no âmbito dos processos das empresas ACC e JGI integram o património próprio da Junta de Freguesia e não dos Baldios de Mundão, e esclareceu ainda que as referências anteriores diziam respeito à Rua da Pirraça e não ao terreno com a mesma designação. -----

DEZANOVE: Em resposta aos assuntos colocados, a **Sra. Presidente da Junta** prestou esclarecimentos relativamente aos vários pontos focados. No âmbito da higiene urbana, equipamentos e iluminação, reconheceu as dificuldades sentidas na limpeza das vias, salientando a evolução dos trabalhos e informando que os dispensadores para dejetos caninos foram já colocados em alguns locais, aguardando-se a instalação de novas luminárias no seguimento das diligências promovidas com os serviços municipais. Quanto à gestão do cemitério, reivindicou a competência da Junta na realização dos trabalhos e na sua administração, acrescentando que foi remetido um pedido ao Gabinete das Freguesias para aferir a situação dos projetos previstos. -----

-----No que concerne à rede viária e sinalização, explicou que a instalação de sinalética na Rota do Feto se revelou inoportuna financeiramente para a Freguesia, razão pela qual o assunto foi encaminhado para a Câmara Municipal. Relativamente à Estrada Nacional 229 (EN229), referiu que, na sequência da transferência da via para o Município,

a Junta remeteu propostas de melhoria que contemplam a repavimentação, a criação de corredores pedonais, a construção das rotundas de Britamontes/Catavejo e a abertura de vias de desaceleração na Fraga, prevendo-se o arranque das obras no próximo ano. Por fim, reiterou a determinação da Junta em defender o património registado em nome da Freguesia e manifestou desacordo quanto ao modelo de delegação de competências para a limpeza e manutenção da zona industrial, anunciando a intenção de denunciar o respetivo contrato por entender que tais encargos e intervenções devem ser assumidos integralmente pela Câmara Municipal. -----

MESA: Concluído o período de intervenção do público, o **Sr. Presidente da Mesa** deu início à ordem do dia, passando ao ponto 1 – Apreciação da informação autárquica e situação financeira até trinta e um de maio de dois mil e vinte e seis, concedendo a palavra ao Executivo para a respetiva apresentação e prestação de esclarecimentos. -----

VINTE: Tomou a palavra, a **Sra. Presidente da Junta** que prestou o relato das principais atividades desenvolvidas. Relativamente ao funcionamento operacional e à ação social, foi assegurado o atendimento ao público, o plano de limpeza urbana e a manutenção de jardins, mantendo-se em atividade as valências de informática sénior, ginástica sénior, escola de música, concertinas e o início de aulas de guitarra clássica. No âmbito social e de apoio à comunidade, foi celebrado o protocolo para o Balcão SNS24; prestado apoio logístico a peregrinos a Fátima; promovida uma ação de formação de cinquenta horas e realizada uma sessão de sensibilização sobre demência. No plano das relações institucionais e recursos humanos, solicitou-se o apoio da Câmara Municipal de Viseu para a delimitação dos limites da freguesia e colaborou com a GNR no âmbito de diligências do furto no cemitério. O Executivo marcou presença em diversos eventos e reuniões, com destaque para a gala dos Bombeiros Voluntários de Viseu, a tomada de posse da coordenação distrital da ANAFRE, a visita ao Planalto Beirão e as reuniões da Rede Social. Em termos administrativos e de património, registou-se o pedido de mobilidade do funcionário Paulo Pina e a receção da viatura da Junta de Freguesia após intervenção. No domínio das infraestruturas, obras e espaço público, efetuou-se o levantamento de placas toponímicas em falta e de necessidades de iluminação e águas pluviais, solicitando-se esclarecimentos ao Município sobre a zona industrial. Realizaram-se visitas técnicas à freguesia com a equipa de Ambiente, com o Vereador do Urbanismo, Engenheiro Miguel Pipa, e com o Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Dr. João Azevedo, para definição de intervenções prioritárias em vias, passadeiras, iluminação e sinalização na Estrada Nacional 229 e outros arruamentos. Por fim, destacam-se os trabalhos no tanque da Póvoa, a colocação de contentores para dejetos caninos, a instalação de rede de sombreamento na sede da Junta, a substituição de grelhas e tampas de saneamento, a execução de

iluminação na Rua Cal do Vale e no Bioparque em Casal de Mundão, bem como a verificação dos sistemas de rega, submetendo-se à apreciação da Assembleia a respetiva informação financeira conforme o previsto na lei. -----

VINTE E UM: No uso da palavra, o **Sr. Tesoureiro da Junta** apresentou o ponto da situação financeira de um de janeiro até trinta e um de maio do corrente ano, destacando um saldo de gerência transitado do ano anterior no valor de duzentos e sessenta mil cento e quarenta e nove euros de dezasseis cêntimos. Durante este período, registaram-se receitas no valor de noventa e dois mil setecentos e quarenta e sete euros e setenta e nove cêntimos (correspondente a um grau de execução de cerca de 47,43%) e despesas no valor de sessenta e quatro mil e quarenta e cinco euros e vinte e sete cêntimos (com um grau de execução de 9,78%), gerando um superavit de vinte e oito mil setecentos e dois euros e cinquenta e dois cêntimos e um saldo final disponível de duzentos e oitenta e oito mil setecentos e setenta e seis euros e sessenta e oito cêntimos. -----

No detalhe das contas, assinalou que a maioria das receitas correntes (noventa mil cento e dezoito euros e oitenta e um cêntimos) provém do Fundo de Financiamento das Freguesias e do aterro sanitário, enquanto as receitas de capital totalizaram dois mil seiscentos e vinte e oito euros e noventa e oito cêntimos, referentes à venda de campas e pinheiros. Referiu que o apoio previsto da Câmara Municipal, no valor de cento e cinquenta mil euros, ainda não se encontra totalmente contabilizado nestes valores, o que fará subir o grau de execução quando integrado. Ao nível das despesas correntes, no valor de cinquenta e nove mil quatrocentos e doze euros e vinte e um cêntimos, estas dizem respeito essencialmente à gestão corrente e aos encargos salariais, tendo sublinhado as dificuldades sentidas na contratação de pessoal e na subcontratação devido aos valores orçamentados, situação que merecerá uma reavaliação para o próximo ano, encontrando-se os investimentos previstos para o segundo semestre. -----

-----No que respeita aos protocolos com a Câmara Municipal, nomeadamente em relação aos caminhos pedestres, a faturação tem sido enviada atempadamente, verificando-se um cumprimento de cem por cento no ressarcimento por parte da autarquia. Em termos de tesouraria, do saldo final de duzentos e oitenta e oito mil setecentos e setenta e seis euros e sessenta e oito cêntimos, o montante de vinte e oito mil quatrocentos e quarenta e sete euros e setenta e seis cêntimos corresponde a operações de tesouraria (cauções), estando os restantes fundos distribuídos por caixa (mil quatrocentos e dezanove euros e noventa e um cêntimos), conta à ordem na Caixa Geral de Depósitos (cento e setenta e cinco mil trezentos e vinte e oito euros e noventa e um cêntimos), contas no Banco Santander (doze mil e vinte e sete euros e oitenta e seis cêntimos) e uma aplicação financeira de cem mil euros. Concluiu, referindo que a situação financeira se encontra equilibrada e sólida, fruto

de uma gestão prudente que assegura flexibilidade orçamental para o futuro, apesar das condicionantes apontadas ao nível da contratação de recursos humanos. -----

MESA: O Sr. Presidente da Mesa questionou os membros acerca da sua intenção em se pronunciarem sobre o ponto em discussão, tendo-se inscrito os membros, Armando Gomes, Miguel Batista, Celso campos e Tiago Marques. -----

VINTE E DOIS: Tomou a palavra o Sr. Armando Gomes, que solicitou esclarecimentos ao Tesoureiro relativamente à gestão e aos custos com o pessoal. Destacou que a Junta dispõe apenas de dois funcionários no seu quadro operacional (um na secretaria e outro no exterior), sendo os restantes elementos prestadores de serviços, os quais trabalham de forma autónoma, com atividade aberta, seguro próprio e responsabilidade sobre os seus encargos sociais. Salientou que a fixação de valores para prestação de serviços deve respeitar a capacidade orçamental da autarquia e o acordo estabelecido entre as partes. Por fim, sugeriu que a Junta ponderasse a submissão de candidaturas a programas e medidas do Centro de Emprego (IEFP) para o recrutamento de colaboradores, sublinhando a importância de antecipar tais procedimentos face aos habituais prazos de análise dos processos. -----

VINTE E TRÊS: Em resposta, o Sr. Tesoureiro esclareceu que a sua observação anterior se referia especificamente a dois prestadores de serviços a recibo verde (com remunerações de cerca de 900 EUR e 1000 EUR), por considerar o valor pago insuficiente para encontrar substitutos no mercado, embora concordando com os restantes pontos mencionados. Relativamente ao orçamento, informou que o documento apresenta reduzida margem de manobra por se basear nos orçamentos anteriores, admitindo a possibilidade de ser apresentado um orçamento retificativo em sessões futuras da Assembleia. -----

VINTE E QUATRO: No uso da palavra, o Sr. Miguel Batista manifestou a sua preocupação quanto à manutenção dos jardins, com particular incidência na zona da Falorca, alertando para a falta de rega e de corte de relva por parte da empresa contratada e solicitando esclarecimentos para prestar resposta aos munícipes. Pediu igualmente um ponto de situação relativo ao pedido de apoio remetido à Câmara Municipal de Viseu para a fixação dos limites administrativos da freguesia, bem como a previsão de datas para as obras no polidesportivo da Falorca. Por fim, reforçou com urgência a necessidade de instalação de um espelho no cruzamento na parte de baixo da Falorca (junto ao triângulo), devido aos graves riscos de sinistralidade por falta de visibilidade, apelando que a Junta de Freguesia reforce o pedido junto do Município de Viseu para prevenir eventuais acidentes. -----

VINTE E CINCO: Tomou a palavra a Sra. Presidente da Junta que, no respeitante aos sistemas de rega e aos espaços verdes, informou que as bombas se encontram danificadas e a tubagem obsoleta em virtude da falta de limpeza dos filtros e dos danos causados pelas



raízes das árvores. Explicou que a instalação dos novos programadores não produziu o efeito desejado devido ao estado da rede, prevendo-se uma reestruturação completa do sistema com custos elevados que extravasam as pequenas manutenções previstas no protocolo. Acrescentou que um técnico especializado se encontra a realizar o levantamento para orçamentação, estando a situação pontualmente resolvida apenas na zona da Torre.

-----Quanto à limpeza das ruas, esclareceu que os trabalhos têm sido executados de forma periódica (a cada dez a quinze dias), registando-se, contudo, constrangimentos devido à falta de colaboração de alguns moradores na remoção dos veículos das vias públicas, o que impede a conclusão integral do serviço em todas as ruas. -----

Sobre a colocação de um espelho de trânsito solicitada para determinada artéria, informou que a entidade competente prevê a alteração e retificação do trânsito no local (com eventual solução em retorno), pelo que a instalação do espelho não se concretizará no imediato. Por fim, no que concerne ao início das obras no complexo desportivo, esclareceu que o processo aguarda a conclusão dos trâmites e esclarecimentos formais por parte da Câmara Municipal para a sua requalificação. -----

VINTE E SEIS: No uso da palavra, o **Sr. Celso Campos** interpelou o Executivo relativamente a dois pontos específicos: primeiramente, solicitou a prestação de informação sobre os encargos financeiros mensais decorrentes dos serviços prestados por Fernando Macário; ademais, requereu o esclarecimento quanto ao número exato de novos contentores destinados à recolha de dejetos caninos que foram recentemente instalados, bem como a discriminação das respetivas localizações. -----

VINTE E SETE: Tomou a palavra a **Sra. Presidente da Junta**, a qual informou que, relativamente aos contentores de recolha de dejetos caninos, foram instalados vinte e cinco exemplares em toda a freguesia. Apelou à colaboração da população para o seu uso correto e ao civismo na manutenção da limpeza dos espaços públicos, notando com preocupação a incorreta deposição de lixo comum nestes recipientes e o não recolhimento de dejetos por parte de alguns proprietários de animais. Quanto aos encargos financeiros com o Sr. Fernando Macário, remeteu a prestação de informação detalhada para o Tesoureiro do Executivo. -----

VINTE E OITO: O **Sr. Tesoureiro** informou que os encargos financeiros mensais com o Sr. Fernando Macário será mil e duzentos, acrescidos de IVA. -----

VINTE E NOVE: No uso da palavra, o **Sr. Tiago Marques** solicitou esclarecimentos ao Executivo sobre três pontos: primeiramente, no que respeita ao investimento de capital orçamentado, questionou qual a parcela prevista para execução no presente ano civil, bem como se existe comparticipação municipal garantida ou programada para o efeito. Em segundo lugar, perguntou se estão previstas pela equipa municipal medidas de segurança

no acesso e envolvente das escolas para o início do ano letivo em setembro, lamentando as atuais condições existentes no local. Por fim, pediu o cabal esclarecimento quanto aos termos do protocolo de delegação de competências com a Câmara Municipal, manifestando a sua preocupação com o modelo de funcionamento — designadamente no tocante à assunção de encargos administrativos e financeiros por parte da Junta e posterior ressarcimento mediante apresentação de faturas —, por considerar que o mesmo sobrecarrega a freguesia com tarefas operacionais. -----

TRINTA: Em resposta, a **Sra. Presidente da Junta** referiu que, no que concerne à segurança rodoviária e trânsito, já se deslocou ao Departamento de Mobilidade para acompanhar o estudo prévio de reorganização do trânsito na freguesia. Apresentou a perspetiva da Junta de Freguesia, defendendo o condicionamento do trânsito na zona do centro, junto ao Cruzeiro, no sentido de passar a ter sentido único. Informou ainda que está prevista a colocação de medidas de redução de velocidade (passadeiras elevatórias ou as almofadas) junto aos estabelecimentos de ensino EB 2,3 de Mundão, EB nº1 Mundão, EB de Casal de Mundão e na zona do campo da bola, salvaguardando-se a não aplicação de passadeiras elevatórias nos locais onde estas possam dificultar o trânsito de veículos de socorro. No que concerne à delegação de competências e à execução de protocolos, salientou que os processos estão em acompanhamento junto dos serviços técnicos. Esclareceu o modo de funcionamento dos reembolsos por parte da Câmara Municipal relativamente a despesas suportadas pela Junta de Freguesia no âmbito dos protocolos estabelecidos, dando como exemplo intervenções efetuadas em chafarizes e fontanários no Casal e na Póvoa. Referiu ainda que, caso os custos das intervenções necessárias excedam os valores protocolados, a Junta poderá expor essa necessidade ao município para avaliação de eventuais verbas suplementares ou adendas. Por fim, quanto aos projetos de investimento e infraestruturas, reportou o andamento do projeto da Travessa da Fraga, financiado pela Câmara Municipal. Indicou que o mesmo deverá iniciar no mês de julho e que foram realizados contactos com os moradores para viabilizar a passagem e resolver os problemas de escoamento de águas pluviais, aguardando-se a concretização, em articulação com o Presidente da Câmara e o Vereador do Pelouro das obras de saneamento, encaminhamento de águas pluviais e pavimentação. -----

TRINTA E UM: No uso da palavra, o **Sr. Tesoureiro da Junta** informou que, relativamente ao capítulo do investimento, não se prevendo investimento direto imediato por parte da Câmara Municipal, as intervenções assentam maioritariamente em fontes de financiamento próprias. Reforçou que cerca de 80% a 90% das receitas próprias provêm do setor da biomassa, estimando-se uma capacidade de investimento global na ordem dos sessenta mil euros, acrescida dos valores previstos em conta corrente no orçamento. Esclareceu que



se prevê a utilização integral deste montante até ao final do ano, com a intenção de iniciar ainda este exercício a segunda fase das obras no cemitério, caso haja disponibilidade financeira. Por fim, salientou a importância de continuar a insistir junto da Câmara Municipal para que seja avaliado o reforço da capacidade de investimento do município na freguesia.

TRINTA E DOIS: Tomou a palavra o **Sr. Tiago Marques** para questionar o funcionamento dos protocolos com o município, solicitando uma clarificação sobre o modelo de ressarcimento de despesas e salientando que a Câmara Municipal apenas procede à devolução do valor exato constante das faturas enviadas pela Junta de Freguesia. Sublinhou que todo o encargo e trabalho administrativo, a identificação das situações no terreno e a contratação de serviços técnicos são integralmente assegurados pela Junta de Freguesia, assumindo esta tarefas que deveriam caber ao próprio município enquanto entidade responsável. -----

TRINTA E TRÊS: Retomou a palavra a **Sr. Presidente da Junta** para esclarecer que, relativamente à questão dos protocolos, os mesmos serão objeto de revisão financeira por parte da Câmara Municipal, estando previsto, a título exemplificativo, um incremento de 25% no protocolo relativo aos jardins, montante que se considera ainda assim insuficiente para face às necessidades. Salientou que a Junta de Freguesia assegura diversos serviços à população, designadamente o SNS 24 e o Espaço do Cidadão, sem que o inerente trabalho e expediente administrativo sejam devidamente compensados financeiramente. Nesse sentido, acolheu a sugestão apresentada para que, nas reuniões prévias de negociação dos protocolos com o município, se proponha o aditamento de um valor específico destinado a cobrir os encargos administrativos suportados pela Freguesia na prestação desses serviços. -----

MESA: Relativamente ao Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta apresentada, pelo membro Sr. Miguel Batista, para que se passe diretamente à apreciação e votação das atas dispensando a sua prévia leitura, em voz alta, nas assembleias, o **Sr. Presidente da Mesa** questionou os membros se pretendiam pronunciar-se, não havendo inscrições para debate. Assim, o Sr. Presidente da Mesa colocou a proposta a votação, tendo sido aprovado com seis votos a favor: Armando Gomes (PPD/PSD), Miguel Batista, Dionísio Fernandes, Alexandra Soares (PS), Custódio Campos, Celso Campos (CHEGA), um voto contra: Tiago Marques (PPD/PSD) e duas abstenções: Alice Lemos e Sofia Lameira (PPD/PSD). -----

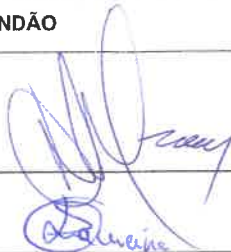
-----Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada às vinte e três horas e trinta e três minutos, da qual se lavrou a presente Ata, composta por quinze páginas, devidamente numeradas e rubricadas, a qual, depois de lida e aprovada será assinada pela Mesa, observando os termos da lei em vigor. -----

Presidente: _____

1ª Secretária: _____

2ª Secretária: _____


Handwritten signature in blue ink, possibly reading "D. Almeida".


Handwritten signature in blue ink, possibly reading "D. Almeida".


Handwritten signature in blue ink, possibly reading "D. Almeida".